



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

30/08/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Nova lei trabalhista prevê contratação sem 13º e FGTS

A Medida Provisória 1.045/21, que renova o programa de redução de jornada e salários durante a pandemia, traz embutida uma minirreforma trabalhista, que cria novas regras de contratação. A medida é apontada como um auxílio para retomada do crescimento econômico e à geração de empregos, mas não deverá ser a saída definitiva da crise, avaliam especialistas.

Saiba mais em: **A Tribuna, domingo 29 de agosto.**

Precarização crescente do trabalho preocupa senadores da CDH

A crescente precarização do trabalho no Brasil foi o tema da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) desta sexta-feira (27). Os convidados expressaram preocupação com a Medida Provisória 1.045/2021, criada para regular situações emergenciais geradas pela pandemia da covid-19. A versão aprovada na Câmara dos Deputados incluiu dispositivos considerados "jabutis" (alheios à proposta original), que flexibilizam em definitivo diversos aspectos das relações de trabalho. A sugestão legislativa que cria o Estatuto do Trabalho foi apresentada na audiência como alternativa para proteger os direitos trabalhistas ameaçados.

— Se puderem, eles fazem voltar a escravidão. Essa MP que veio da Câmara não está muito longe disso, não. É muito ruim. É desumana, impiedosa. A saída é rejeitar ou caducar. Reforma trabalhista não gera emprego. Pelo contrário. O que gera emprego é demanda — afirmou o senador gaúcho.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) corroborou a fala de Paim, e disse que o governo deveria, em vez de retirar direitos, investir na recuperação da economia:

— A gente tem que dizer ao povo brasileiro que essa MP é cruel. Ela quer deixar alguns trabalhadores como uma segunda categoria. Não duvidem do que esse governo é capaz de fazer — afirmou Zenaide.

Saiba mais em: **Agência Senado, segunda-feira 30 de agosto.**

Segundo economistas, desemprego só volta ao nível pré-pandemia em 2023

As revisões pessimistas para o avanço da economia em 2022 já preocupariam pela volta do país a um ritmo de crescimento medíocre, após a debacle causada pela pandemia. O cenário, no entanto, também sinaliza que o desemprego deve permanecer alto no ano que vem e só voltar ao patamar pré-Covid em 2023.

No trimestre encerrado em maio, o desemprego no país bateu em 14,6%, o que equivale a 14,8 milhões de pessoas, de acordo com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman lembra que o ritmo de recuperação dos postos de trabalho depende diretamente de quanto o país irá crescer este ano e nos próximos. Com as projeções mais recentes do boletim Focus, do Banco Central, o desemprego deve permanecer elevado até 2023, voltando ao nível de antes na segunda metade do ano, diz.

De acordo com o último Focus, há uma expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,27% este ano. Para 2022, hoje é estimada uma elevação de 2% —mas essa estimativa já foi de 2,5% no começo do ano e tem passado por constantes revisões para baixo.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, domingo 29 de agosto.**

Guedes defende diluir reajuste na sobretaxa de luz para amenizar inflação

Preocupado com o impacto do custo da energia na inflação, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pressionou o governo para que a nova bandeira tarifária (vermelha 2) passe a valer R\$ 14 e vigore por até sete meses.

A expectativa era que o reajuste fosse aprovado nesta sexta-feira (27), mas a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) só decidiu manter a atual bandeira para setembro sem definir os novos valores.

Desta forma, o valor a mais que incide nas contas passaria dos atuais R\$ 9,49 a cada 100 kWh para cerca de R\$ 14 —um aumento de aproximadamente 50%.

A proposta foi feita e, segundo assessores de Guedes, encaminhada para a Aneel, que tem a palavra final sobre o reajuste.

O ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) defende um repasse maior de custos para a bandeira. Ele queria que a bandeira vermelha 2 continuasse vigorando por R\$ 24, o que daria um reajuste de 152%.

Representantes de distribuidoras, associações de consumidores e analistas de mercado estimavam que a bandeira 2 vermelha teria de dobrar de valor em setembro para cobrir a alta dos custos de geração de energia.

Se a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) adotar medida nesse sentido, a conta de luz passará por um reajuste médio de 15,2%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 28 de agosto.

Inflação na indústria no ano passa de 21% e já supera acumulado de 2020

A indústria brasileira voltou a registrar aumento nos custos, mostra o IPP (Índice de Preços ao Produtor). Em julho, os preços para os produtores do setor subiram 1,94%, a maior alta dos últimos três meses.

Com o resultado, o acumulado do ano, que está em dois dígitos, chegou a 21,39%. É o recorde da série histórica, iniciada em dezembro de 2014, para o período até julho.

Mais do que isso: a variação em sete meses já é maior do que a verificada em todo o ano de 2020 (19,38%). O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), responsável pela pesquisa, divulgou os resultados nesta sexta-feira (27).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 28 de agosto.

Conta de luz da Elektro sobe 11,49% e atinge parte da Baixada Santista

A conta de luz dos consumidores atendidos na região pela concessionária de energia Elektro foi reajustada ontem em 11,49%. Esse percentual é o da revisão tarifária anual da empresa já previsto em contrato, sem relação com o sistema de bandeiras, sendo aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na última terça-feira (24).

Na região, a Elektro abastece Bertioga, Guarujá (exceto Vicente de Carvalho), Vila Caiçara (Praia Grande), Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Os demais bairros de Praia Grande, Vicente de Carvalho, Santos, São Vicente e Cubatão são atendidas pela CPFL, que terá a revisão tarifária anual em outubro.

Segundo a Aneel, o cálculo da tarifa considera os custos relacionados à compra de energia elétrica para atendimento do mercado da Elektro, o valor da transmissão dessa energia até a área da distribuidora e os encargos setoriais.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 28 de agosto.